

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.364.385 - SP (2018/0239552-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : M. A. PIZZOLATO ADVOGADOS - EPP
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO PIZZOLATO - SP068647
MAYANA CRISTINA CARDOSO CHELES E OUTRO(S) -
SP308662
AGRAVADO : CELIO SANTA CROCE
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO PIZZOLATO - SP068647
MAYANA CRISTINA CARDOSO CHELES - SP308662
AGRAVADO : IGNEZ DOS SANTOS SANTA CROCE
ADVOGADO : HELENA APARECIDA RODRIGUES - SP087109

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE TERIA SIDO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por M.A. PIZZOLATO ADVOGADOS - EPP contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial. motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, a recorrente alega violação dos artigos 490 e 492 do Código de Processo Civil, dos artigos 196 e 206, § 5º, do Código Civil e do artigo 25-A da Lei 8.906/94.

Assevera que a "*Sentença recorrida, ao deferir o processamento de*

execução de sentença com base em decisão interlocutória, aproveitando atos de ação de execução de quantia certa, o fez sem fundamento legal válido e, ao depois, ao indeferir a prestação de contas realizadas por não observar a forma adequada e, deferir a prestação dos Recorridos, apresentada desforme de qualquer regramento, ditou de forma a afastar o princípio da isonomia entre as partes, ditando sentença nula, ou, 'ad eventum' que impõe seja reformada". Explica que os "Recorridos interpuseram a execução de sentença pugnando pela execução de quantia certa e o fizeram em apenso àqueles autos, em procedimento próprio, sem as peças fundamentais necessárias para a segunda fase, quando processada em incidente".

Entende que "a instalação de execução de sentença, já se fez em equívoco da parte e, ainda assim fora deferida pelo V. Juízo singular e, por aí, a impugnação deveria ser decidida e determinada a extinção da execução de sentença por quantia certa, com a aplicação das penalidades afins, porque esse é o regramento aplicável".

Narra que "o Douto Julgador chamou o feito à ordem (que ordem se o processamento se fazia nos termos requeridos pelos Recorridos?), e extinguiu de forma indireta a execução por quantia certa e, determinou a prestação de contas em autos incidentais, quando deveria retomar o processamento do feito principal para que a prestação de contas se desse ali".

Argumenta que "que se tem como 'chamamento do feito à ordem' é o ato judicial que regulariza o processo quando o mesmo se desvia dos dispositivos eleitos para seu processamento, no caso, requereu-se a execução de sentença por quantia certa e, praticado esse ato com o deferimento do juiz, em verdade não fora instalado nenhum tumulto processual e, a impugnação realizada que impunha a extinção dessa execução instalada por deferimento do juiz, não autorizava, por si só, o chamamento do feito à ordem".

Afirma que "ao despachar para que se cumpra a prestação de contas, sem decidir a impugnação, o referido despacho impôs a extinção da impugnação, sem decidir as questões ali postas e, revelou-se, referida decisão,

como decisão extra petita, e, portanto, realizou uma decisão nula".

Argumenta que "em sendo mantido o processamento do feito, o que se admite com remessa ao princípio da eventualidade e pelo espírito estimulado pela discussão, cumpre registrar que a Recorrente, intimada, prestou contas dos atos praticados conforme petição de fls. 52/60, com a juntada de documentos".

Afirma que "a obrigação de contas não estava vinculada a valores, mas sim, dos atos praticados, por força do contrato constante na procuração judicial que a Recorrente, recebeu por substabelecimento, afastando, por aí, qualquer outro ato que não aqueles privativos de advogado".

Afirma que como "movimentar valores, realizar depósitos não integrava os termos da procuração, é certo que revelam que os valores sobre os quais se pretende contas, foram depositados na conta do Dr. OMAR NUNES FILHO que, segundo os Recorridos se destinariam a suspender o leilão em 15/09/2005, o que não teria ocorrido, levando-os à perda do imóvel". Aponta que "ao depositarem os valores na conta corrente do referido causídico e, a Recorrente nunca autorizou referido depósito, já que, em momento algum referido causídico deteve poderes de administração da mesma e, não tem como prestar contas de valores que não integraram seu patrimônio".

Sustenta que "por ser ato entre os mesmos e por desconhecer, a Recorrente, qualquer tratativa neste sentido, porque não consta dos autos e, ainda, por ser seus sócios titulares substabelecidos nos autos, é que, restou prescrito o direito dos Recorridos, nos termos do artigo 206, §5º do Código Civil e artigo 25-A da Lei nº 8.906/94, de exigirem contas em face daquele, posto que, prescreve em 05 anos o direito de exigir contas pela quantia recebido pelo advogado de seu cliente, o que se conta da data do depósito de referidos valores em conta corrente daquele".

Este recurso, todavia, não comporta conhecimento.

No que tange à alegada violação dos artigos 490 e 492 do Código de Processo Civil, dos artigos 196 e 206, § 5º, do Código Civil e do artigo 25-A da

Lei 8.906/94, as matérias pertinentes a estes dispositivos legais não foi apreciada pelo Tribunal de origem, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 282/STF.

Para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Na espécie, o Tribunal de origem pontuou que *"o pleito de reconhecimento da impossibilidade de conversão da conversão da execução em segunda fase da ação de prestação de contas, bem como o questionamento a respeito da prescrição já foram objeto de apreciação por esta Turma Julgadora na oportunidade do julgamento do Agravo de Instrumento nº 2260297-96.2016.8.26.0000"*, razão pela qual, considerando que teria ocorrido a preclusão consumativa, deixou de apreciá-las.

Assim, resta clara a ausência de prequestionamento da matéria recursal, sendo inafastável a aplicação da Súmula 282/STF.

No que tange à alegação de que teria prestado *"contas dos atos praticados conforme petição de fls. 52/60, com a juntada de documentos"*, o conhecimento do recurso encontra óbice nas Súmulas 284/STF e 7/STJ.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a

verificação de como a legislação federal foi violada.

Na espécie, todavia, não há a indicação de qual teria sido o dispositivo da Legislação Federal que teria sido violado, impondo reconhecer a deficiência das razões recursais.

Concomitantemente, aplica-se o enunciado da Súmula 7/STJ aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, o recorrente torna imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

A discussão sobre prova somente tem sido admitida nos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão e sobre os quais não há controvérsia. Assim, no segundo caso é necessário que o recorrente demonstre que há ponto incontroverso desconsiderado no acórdão. No primeiro caso, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Na espécie, todavia, não há a indicação de qualquer questão jurídica a ser apreciada, não sendo possível da leitura das razões recursais conclusão outra que não a de que a recorrente pretende revolver o acervo fático-probatório dos autos.

Note-se que se as contas foram ou não adequadamente prestadas pela Recorrente é uma questão fática, não jurídica, sendo inequívoco que a pretensão da recorrente é a de desconstituir a conclusão a que chegou o

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de origem após apreciar o substrato fático pertinente ao caso que não teria sido "*atingida a finalidade que preceitua o artigo 551 do CPC, que é essencialmente a apresentação clara e inteligível do saldo credor ou devedor, que possibilite a formação de convencimento, sendo descabida a alegação de que as contas não poderiam ser prestadas na forma contábil*", o que não pode ser feito com a mera leitura do acórdão recorrido.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NÃO CONHECER do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator